

1 Introdução

A relação entre educação e o princípio da dignidade é tida pela doutrina como certa e, até mesmo óbvia, mas ao lado dessa verdade nem sempre há uma explicação fundamentada. Esse trabalho, que possui como objetivo a análise da realidade educacional de crianças e adolescentes brasileiros, procura encontrar um possível fundamento a essa relação.

Na tentativa de se reconstruir o significado de dignidade humana, torna-se necessário o levantamento histórico dessa idéia até a concepção Kantiana, uma vez que esta melhor se adéqua ao objetivo desse estudo. Da mesma forma, o sentido de educação é resgatado ao longo da história. A busca de uma compreensão do que vem a ser educação se dá com um levantamento de definições e acepções atribuídas a diversos filósofos. Educação e dignidade, por fim, se entrelaçam e a afirmação de que ambos se relacionam intrinsecamente é justificada.

Contudo, para construir o objeto do trabalho é necessário ir mais além. Cumpre estudar o direito à educação, sobretudo no seu enfoque voltado às crianças e adolescentes. Instrumentos internacionais, tais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Declaração Universal dos Direitos das Crianças, o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e a Convenção sobre os Direitos da Criança são aqui abordados. A evolução constitucional do direito à educação bem como o Estatuto da Criança e Adolescente e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação fazem parte dos instrumentos nacionais estudados. Nesta fase do trabalho busca-se a compreensão do modo como o direito à educação é assegurado formalmente uma vez que este, além de ser o ponto de partida para a análise da importância conferida à educação, é meio de comparação com a realidade.

Diante de retrocessos e avanços legislativos até se chegar a uma proteção legal eficiente, o direito à educação foi tratado diferentemente pelas políticas públicas. Para se ter noção dos reflexos das medidas adotadas torna-se necessário analisar os indicadores educacionais brasileiros. Será que a proteção legal reflete-se na realidade? Esta é uma pergunta que não poderia ficar sem resposta. Para

tanto, foram utilizados dados dos Indicadores Sociais de 2007 fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, pesquisas referentes ao Sistema de Avaliação da Educação Básica e ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica ambas divulgadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira em 2007 bem como pelos indicadores do Programa Internacional de Avaliação de Alunos coordenado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Dados fornecidos pela Organização das Nações Unidas, especialmente pelo UNICEF e PNUD, também foram utilizados. Os dados colacionados não apenas ajudaram a delinear a realidade das crianças e adolescentes como serviram de base para análise educacional brasileira.

Neste momento, resgata-se a relação educação e dignidade e a atuação estatal é questionada. O Estado cumpre de forma eficaz seus deveres constitucionais e respeita verdadeiramente a dignidade das crianças e adolescentes? Para responder a mais essa pergunta fez-se necessário enumerar e analisar de forma mais atenta algumas das questões educacionais evidenciadas pelos indicadores. Ciente de que o tema é extenso e multifacetado, esse trabalho não busca, de modo algum, tratar de forma definitiva os problemas do sistema educacional brasileiro. Há, aqui, a preocupação de se retratar a realidade sem, contudo, se esquecer da necessidade de uma base teórica capaz de sustentar e justificar os possíveis questionamentos a serem levantados. A análise da situação fática de forma simultânea com a legislação vigente torna possível definir como está sendo desenvolvida a atuação do Estado em relação à dignidade das crianças e adolescentes brasileiros. Diante dos fatos, a eficácia da atuação estatal é delimitada e a questão levantada é resolvida. Contudo, são apontadas também possíveis soluções às falhas do sistema educacional brasileiro.

Com a certeza de que apenas a educação pode viabilizar a justiça social e uma democracia real, torna-se premente trabalhar no sentido de construir meios para que os pequenos brasileiros tenham condições de ser efetivamente livres e dignos, o que acontecerá quando houver uma redução do distanciamento entre a realidade e o positivado nas leis.